

AVISO N.º 2/2026

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoios Financeiros, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito dos Programas de Saúde Prioritários para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo VIH e para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve nos termos da referida Portaria concorrer para a prossecução dos objetivos dos Programas de Saúde Prioritários para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo VIH e para as Hepatites Virais, tendo como finalidade assegurar a continuidade de cuidados e apoio social às pessoas que vivem com a infeção por VIH e/ou doença hepática crónica, sem retaguarda familiar ou cuja família não possui condições (sociais, económicas, habitacionais, emocionais ou outras) para as apoiar, através de acompanhamento psicossocial e apoio domiciliário, no concelho de Cascais.

Área de Intervenção a Concurso

Pretende-se financiar um projeto que disponibilize atendimento e acompanhamento psicossocial e apoio domiciliário às pessoas que vivem com a Infeção por VIH e/ou doença hepática crónica e sem retaguarda familiar, no concelho de Cascais.

A intervenção deve responder essencialmente à satisfação de necessidades básicas, promover a retenção nos cuidados de saúde, trabalhar a adesão terapêutica, reduzir o número de internamentos hospitalares, promover a melhoria e/ ou manutenção do grau de autonomia e reduzir a ocorrência de infeções oportunistas.

As respostas ao nível do atendimento e acompanhamento psicossocial, orientadas para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno das pessoas que vivem com a infeção VIH e/ou doença hepática crónica e seus familiares, devem disponibilizar:

- Apoio social
- Apoio psicológico individual e familiar
- Apoio jurídico
- Informação atualizada e adaptada sobre a infeção por VIH e hepatites virais
- Educação para a saúde para a adoção de comportamentos saudáveis e de autocuidado
- Atividades ocupacionais

O apoio domiciliário deve ser disponibilizado a pessoas que vivem com a infeção por VIH e/ou doença hepática crónica e seus familiares que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporariamente a satisfação das suas necessidades básicas, garantindo:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica
- Toma observada da medicação antirretrovírica ou de outra natureza

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

- Tratamento da roupa do uso pessoal do utente
- Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade

Será dada prioridade a um projeto que responda aos requisitos de funcionamento exigidos pelo Instituto da Segurança Social para cada uma das valências de apoio e com um processo iniciado de celebração de acordo de cooperação, demonstrado através de documentação a inserir no separador Anexos do SIPAFS em Outros.

Grupo-alvo

Pessoas infetadas com o VIH e/ou doença hepática crónica, residentes no concelho de cascais, em:

Apoio domiciliário: 30 pessoas/ano;

Atendimento e acompanhamento psicossocial: 30 pessoas/ano.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio

Nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21/08, na redação atual, que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), estabelece-se a obrigatoriedade de apresentação de uma declaração inicial e a confirmação anual da informação relativa aos beneficiários efetivos.

Esta Lei n.º 89/2017 determina ainda, nas alíneas f) e g), do n.º 1, do seu artigo 37.º, que, enquanto não forem cumpridas as obrigações declarativas (inicial ou confirmação anual), as entidades ficam impedidas de “beneficiar dos apoios de fundos europeus estruturais e de investimento e públicos” e de “intervir como parte em qualquer negócio que tenha por objeto a transmissão da propriedade, a título oneroso ou gratuito, ou a constituição, aquisição ou alienação de quaisquer outros direitos reais de gozo ou de garantia sobre quaisquer bens imóveis”.

Pelo exposto, e nos termos legais, deverá ser apresentado o documento que ateste a apresentação da confirmação anual da informação relativa aos beneficiários efetivos.

Recomendamos a consulta do **“MANUAL - SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE - Utilizadores Externos DGS”**, disponível em https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) - Correio eletrónico - financiamento@dgs.min-saude.pt

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Limite máximo de financiamento

€60.000,00 (sessenta mil euros)

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato. O pagamento dos restantes 75% é efetuado através de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

- 1 - Encargos com pessoal
- 2 - Custos de funcionamento
 - 2.1 - administrativos/Gerais
 - 2.2 - comunicações
 - 2.3 - consumíveis
 - 2.4 - fornecimento de refeições
 - 2.5 - combustíveis e lubrificantes
 - 2.8 - seguros
 - 2.11 - outros custos de funcionamento

Para mais informações, como por exemplo despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o “ **MANUAL FINANCEIRO - Utilizadores SIPAFS**” disponível em https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto.

CrITÉrios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

~

CrITÉrios de AvaliaÇão	PontuaÇão Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenÇão de ganhos em saúde	3
Plano de monitorizaÇão e avaliaÇão	3
Parcerias e acordos de colaboraÇão	3
AdequaÇão do orÇmento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
SeleÇão e caracterizaÇão do grupo-alvo	3
FormulaÇão dos objetivos	3
AdequaÇão das metodologias e conteúdos de intervenÇão	3
RelaÇão custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificaÇão final corresponderá  média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuaÇão igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuaÇão negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios I - *Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica* e II - *Pertinência do projeto para a obtenÇão de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuaÇão.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificaÇão final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a DireÇão-Geral da Saúde.

NotificaÇões dos Candidatos

As notificaÇões dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrnico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

ComposiÇão da Comissão de SeleÇão

Membros efetivos (3 elementos):

Ana Cristina Bastos - Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (Presidente)

Joana Bettencourt - Programa Nacional para as Infeces Sexualmente Transmissíveis e Infeco pelo VIH e Programa Nacional para as Hepatites Virais

Carla Lacerda Rasca - Ponto Focal para o PNISTVIH da DelegaÇão Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Membros suplentes:

Bárbara Flor de Lima - Programa Nacional para as Infeces Sexualmente Transmissíveis e Infeco pelo VIH

Marta Cordeiro - Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro